

**A HISTÓRIA
CONTEMPLATIVA**

JOSÉ MATTOSO

**A HISTÓRIA
CONTEMPLATIVA**

Ensaio

Prefácio

O ensaio e a coletânea de artigos e palestras que aqui apresento têm uma pequena história. Conto-a para justificar o seu conteúdo visivelmente desconexo e, ao mesmo tempo, para acentuar o empenhamento que nela pus. Por meados do ano de 1998, já em ambiente de fim do milênio, surgiu a oportunidade de pedir a reforma como professor universitário e de me consagrar à investigação. Nos cinco ou seis anos anteriores tinha feito vários estudos sobre o culto dos mortos na Idade Média, e queria aprofundar o tema, porque me parecia ser um dos pontos mais importantes do pensamento ocidental da época medieval. Parecia-me um bom projeto de investigação para fim de carreira. Foi já nesse sentido que resolvi reunir numa coletânea sobre o mesmo tema o que tinha escrito em vários artigos e comunicações. O Círculo de Leitores aceitou publicar não só essa coletânea, a que dei o nome de *Poderes invisíveis*, mas também todas as outras minhas obras historiográficas, dando ao conjunto o nome de *Obras Completas*, habitual nestas circunstâncias.

Por essa ocasião, em agosto de 1999, o povo de Timor-Leste votava maciçamente pela sua independência. Em Portugal não se falava

de outra coisa. Toda a gente queria ajudar a reconstruir uma nação em escombros. Pediam-se voluntários para colaborar na área da educação. Na Torre do Tombo, de que eu era ainda diretor, recebemos também uma carta dos responsáveis pela criação do Arquivo Nacional de Timor-Leste pedindo ajuda para esse fim e para a recuperação do que restava da administração portuguesa. Resolvi aceitar o repto, e oferecer-me como voluntário para colaborar nessa tarefa sob os auspícios da ONU. Esperava que bastassem alguns meses. Afinal, além do trabalho arquivístico, participei também na formação de jovens seminaristas das dioceses de Díli e de Baukau e no apoio a uma instituição caritativa. O meu voluntariado acabou por se prolongar por cinco anos.

Entretanto, o falecimento do meu discípulo e colega Luís Krus, que se tinha comprometido com o Círculo de Leitores para escrever a biografia de Afonso Henriques, trouxe-me a obrigação moral de o substituir. Em Timor, ao mesmo tempo que continuava a trabalhar no Arquivo Nacional de Timor-Leste, fui escrevendo a biografia de Konis Santana, editada em 2004. Em 2005 regressei a Mértola, onde tinha a minha biblioteca (sem a qual não podia trabalhar na investigação), e terminei a biografia do nosso primeiro rei. Pouco tempo depois, verifiquei que não tinha condições de saúde que me permitissem retomar o projeto de investigação delineado antes de ir para Timor. Tive de mudar de casa e de cumprir a doação que antes tinha feito da minha biblioteca ao Campo Arqueológico de Mértola. Ficava sem os materiais necessários para continuar o projeto *Poderes invisíveis*. Dei-me conta da imprudência que fora chamar à coleção dos doze volumes já publicados *Obras Completas*. Para, de alguma maneira, reparar a falta, resolvi escrever um ensaio sobre a minha conceção de «História total», como «remate» das tais *Obras Completas*, e aproveitar a ocasião para reunir textos dispersos esquecidos nas coleções anteriores, ou escritos depois de vir de Timor, e fornecer uma lista bibliográfica de tudo quanto foi impresso em meu nome desde 1954 até hoje. É o que vou tentar fazer neste livro.

A História Contemplativa – Ensaio

1

Comecei as minhas investigações quando a grande onda de renovação historiográfica francesa atingia o seu pleno, no princípio da década de 60. Acompanhei, portanto, as controvérsias que se lhe seguiram até ao fim do Milénio, durante o qual se multiplicaram as mais variadas correntes da escrita da História. Em várias ocasiões, tive a oportunidade de referir as minhas orientações historiográficas. Queria agora dar-lhes uma forma mais coerente para servir de fio condutor retrospectivo da minha contribuição intelectual nesta matéria.

O ensaio que aqui apresento não tem pretensões teóricas nem científicas. É um ensaio sobre o ofício de historiador e sobre as minhas orientações metodológicas, na continuidade do volume a que dei o nome de *A escrita da História*, no qual tive já a ocasião de expor algumas das minhas ideias. Recorro a símbolos e metáforas, que muitas vezes me parecem mais expressivas do que o discurso racional, lógico e demonstrativo. As circunstâncias em que me encontro não me permitem apresentar as devidas referências bibliográficas. Por isso,

adoto a forma de ensaio, o que me dispensa de fornecer todos os apoios eruditos das minhas reflexões pessoais.

Sempre me interessou a História. A História, isto é, o passado da Humanidade. Não o passado do ponto de vista metafísico, mas o passado concreto, como narrativa do que fizeram os homens e mulheres que, durante séculos e milénios, viveram antes de mim. A História, como base do conhecimento da condição humana ou, até certo ponto, como «mestra da vida», quando se invocam feitos do passado para orientar resoluções do presente. Esta designação de carácter moral, muitas vezes repetida desde a Antiguidade Clássica, e considerada evidente a partir do Renascimento, foi muito contestada nos meios racionalistas do século XIX. Com efeito, se lhe damos o sentido moral, se a tomamos como base de um juízo de valor, positivo ou negativo, erigimo-nos em senhores do bem e do mal. Usurpamos o lugar de Deus que «escreve direito por linhas tortas», o que é uma outra maneira de afirmar a Providência divina. Deixando, porém, de lado a questão de saber se Deus intervém ou não no destino da Humanidade, podemos tomar a História no seu todo, como um convite à reflexão acerca do comportamento humano perante as condições positivas e negativas em que a Humanidade se encontrou, e como a elas reagiu. Assim procuramos ser conscientes das escolhas que individualmente e em conjunto podemos ou devemos fazer para sermos humanos.

Com efeito, não sabemos bem o que somos. O comportamento humano é tão diversificado e tão imprevisível, que jamais poderemos saber para onde vai a Humanidade. Não sabemos para onde vai, mas podemos ter alguma ideia acerca do donde veio. Para isso temos de a considerar na sua totalidade. Temos de conhecer as recorrências e as anomalias, as variantes e as repetições, a originalidade e a cópia, a norma e a exceção, o igual e o diferente, o que foi e o que é. Temos de estudar as transições e os contágios, a continuidade e a rutura, o verdadeiro e o falso. Temos, enfim, de considerar o Homem no

Tempo. A História, com efeito, é isso mesmo: o movimento da Humanidade sujeita ao Tempo. Como conciliar o registo dos factos com a História total?

Deixando, para já, as especulações teóricas, encaremos a História na sua dupla aceção de História-vivida e da História-escrita. Na linguagem vulgar é frequente usá-las de tal modo que o seu significado se torna equívoco. Temos, em primeiro lugar, a longa saga dos episódios protagonizados pelo Homem enquanto produto da Natureza e, ao mesmo tempo, enquanto criatura consciente de si própria, e que aspira alcançar a sua autonomia. O Homem sempre gostou de contar o que fez para conseguir alcançar as suas vitórias ou para suportar as suas desgraças. O que o Homem fez desapareceu com o tempo, mas foi re-presentado, isto é, «tornado presente» pelo que contou, pelo que escreveu e pelo que criou. Na época clássica, os historiadores serviam-se dos acontecimentos humanos encadeados em sequências cronológicas situadas no espaço e no tempo, contavam o que os reis e imperadores tinham decidido, que guerras tinham empreendido, que batalhas tinham vencido ou perdido, que povos tinham subjogado e que monumentos tinham mandado construir. Os protagonistas das suas narrativas eram efetivamente os homens. Mas explicava-se o resultado final atribuindo-o à intervenção dos deuses. Embora os cronistas e historiadores observassem o encadeamento lógico e humano dos acontecimentos, explicavam o seu desenlace por meio da vontade do Olimpo.

Depois do longo período de transição do pensamento clássico para o pensamento medieval, as narrativas fragmentaram-se e os protagonistas multiplicaram-se. Os cronistas alteraram o sentido das causas e efeitos da ação humana, atribuindo os sucessos e derrotas dos poderes terrestres não já aos deuses, mas aos santos e demónios, ou seja, a Deus. O Renascimento trouxe consigo a racionalidade, e, com ela, a busca da «verdade», e a condenação de uma História baseada em documentos falsos. A controvérsia protestante e a defesa católica desenvolveram-se a partir da exigência da crítica de veracidade, que

impôs o princípio de construir uma História baseada em argumentos racionais. A averiguação do passado tornou-se um processo dominado pelo positivismo, ou seja, pela demonstração positiva dos factos históricos. Consideraram-se «históricos» sobretudo os factos políticos. A História tornou-se uma narrativa a partir dos acontecimentos em que os reis, os chefes, os grandes homens e sobretudo os que governavam nações faziam a guerra, e assinavam tratados de paz. Difundiram-se os modelos historicistas, que não deixavam de estudar a civilização, mas enumeravam as suas realizações em campos separados: história política, história da arte, história da ciência, história da técnica, história da religião, história da filosofia... A história económica veio mais tarde. Karl Marx mostrou, ou quis mostrar, a dominância dos fatores económicos sobre os outros aspetos da vida humana, fossem eles sociais, culturais ou políticos. Não foi mais possível ignorar esta doutrina, mesmo quando se procuravam motivos de sentido contrário. A conexão entre os vários campos do agir humano tornou-se um princípio abrangente de toda a historiografia moderna.

2

Quando comecei a estudar História, na década de 60, sobressaía, entre as várias concepções em vigor, aquela que ficou conhecida nos meios académicos como a «escola dos *Annales*». Os seus mentores, Marc Bloch, Fernand Braudel e Georges Duby, criticavam os modelos historicistas, que se centravam nos factos políticos e na ação dos «grandes homens». Na esteira de Marx, davam a primazia aos fatores económicos e sociais, considerando-os como aqueles que, na verdade, determinavam a História, não só da própria economia e da vida social, mas também da política e da cultura. Procuravam nas Ciências Sociais e Humanas, que se tinham autonomizado desde os anos 40 (sobretudo na Economia, na Sociologia e na Antropologia), os conceitos necessários à compreensão dos sucessos históricos, qualquer que fosse a sua amplitude individual ou coletiva. Em última análise,

adotavam os princípios definidos por Marx, procurando de várias formas a dependência dos fenómenos culturais e políticos das estruturas socioeconómicas.

Nas décadas seguintes, os autores da assim chamada «segunda geração dos *Annales*» alargaram o princípio da relação entre os vários planos da História, e ocuparam-se de muitas outras questões, até então esquecidas ou ignoradas, sem se preocuparem demasiado com a definição do grau de influência que nelas tinham os fatores materiais e os motivos económicos. Aquelas matérias que até então se consideravam meras curiosidades, como a vida privada, a moda, os símbolos da autoridade, os sinais identitários, o trabalho, os desportos, e tudo o que se possa imaginar, tornaram-se também objetos da investigação histórica. Uma grande parte desses autores usava processos descritivos ou enumerações empíricas, ignorando a averiguação das causas dos respetivos fenómenos. Outros voltavam às concepções positivistas. Apareceram também, ainda nos anos 60, as histórias relacionadas com a mentalidade, os sentimentos, a morte, a saúde, a vida sexual ou o papel social da mulher, algumas delas inspiradas pela Antropologia, outras inspiradas pela Literatura. Estas ideias cruzavam-se com as interpretações estruturalistas, que procuravam conjugar a repetição dos factos sociais com sistemas regulares de comportamento. Por esta via, voltaram a utilizá-la como uma nova forma de marcação das «épocas», quase sempre não coincidentes com as que tinham sido definidas pelo iluminismo (época clássica, época medieval e época moderna), e acentuaram o seu significado racional como resultado da evolução dos valores e das ideologias coletivas ou da consciência individual. Surgiu então a ambição de chegar à «História total».

A este pujante conjunto de tendências e de experiências sem metodologia própria, sem objetivos definidos, e de valor científico muito desigual, com estudos inovadores ao lado de verdadeiras mistificações, ora dirigidos a grande público, ora a especialistas, chamou-se

a «Nova História». Muitas das suas conclusões levaram a questionar a possibilidade de imaginar um futuro racional e coerente para a Humanidade e, portanto, a desvalorizar aquilo a que o pensamento moderno do Ocidente chamava «Progresso». A desconstrução de todas as suas modalidades, umas vezes pontual, outras vezes sistemática, disseminou a incerteza e a dúvida acerca das conquistas do pensamento «moderno», suscitou a revisão de muitas interpretações, até então consideradas exatas, e generalizou o ceticismo, como pano de fundo da amálgama a que se chamou o «pós-modernismo».

3

Alguns autores, para tentarem salvar a construção historiográfica, longamente elaborada nos séculos anteriores e adotada no ensino, regressaram ao positivismo factual, ou neopositivismo, e passaram a evitar interpretações globais. Outros abandonaram as generalizações, limitando a investigação a «casos» concretos considerados representativos de realidades peculiares em contextos mais vastos. Outros, ainda, inspirados na interdisciplinaridade que então progredia na investigação científica, e logo alastrou ao ensino universitário, refugiaram-se na análise de objetos muito concretos, aplicando ao seu estudo as técnicas laboratoriais propostas pelas Ciências Exatas. Preferiram-se as monografias de âmbito reduzido. Surgiram as descobertas de uma factologia baseada não só na cronologia, mas também em dados analisados pela Física, a Química, a Geologia, a Biologia e outras. Examinaram-se factos que só podiam ser compreendidos à luz de conceitos desaparecidos, e que, por isso, exigiam que o investigador assumisse ele próprio (ficticiamente, é claro) o pensamento que neles estava subjacente. As sínteses foram desvalorizadas ou até proscritas. Multiplicaram-se as monografias de validade epistemológica limitada. Reduziram-se os objetos de estudo. Praticou-se a «micro-história».

Nesta conjuntura, não admira que o ensino da História, como disciplina universitária, acabasse por perder a sua função pedagógica e

coordenadora de conhecimentos. Dividiu-se em disciplinas introdutórias de carácter técnico, como a paleografia, a diplomática, a cronologia, ou a arquivística. Compartimentaram-se as «époças» sublinhando os aspetos dominantes em cada uma delas. A História tornou-se uma forma de iniciação aos problemas sociais e políticos peculiares de cada um dos períodos tradicionalmente aceites no âmbito cultural do Ocidente europeu. Evitou-se a averiguação das causas de fenómenos de grande amplitude ou reduziu-se o seu estudo aos «modos de produção» da vulgata marxista. Noutros casos, a História polarizou as discussões em torno da pertinência da periodicidade estabelecida por consenso, que ainda fazia parte da cultura comum. A osmose entre as disciplinas das Ciências Sociais e Humanas desencadeou controvérsias acerca da interpretação dos fenómenos históricos com base nas várias escolas de cada uma delas, como, por exemplo, o Estruturalismo em Linguística e Antropologia. Num patamar inferior, a disciplina da História no ensino secundário tornou-se cada vez menos atraente para os alunos e para os docentes. Apesar da crítica contestatária da noção de «época» (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Época Contemporânea) continuou-se, implicitamente, a tomá-la como referência, e a reduzir o ensino à aprendizagem de conceitos tais como «feudalismo», «cruzadas», «gótico», «humanismo», «renascimento», «absolutismo» e outros do mesmo género, esquecendo o nexu do discurso narrativo. O modo narrativo mantinha-se, quando muito, ao tratar da Revolução Francesa, de Napoleão ou das duas grandes guerras mundiais.

Com este cenário, não admira que a História tenha perdido muito do seu prestígio como meio de inspiração para o futuro. Fukuyama «decretou» que tínhamos atingido o «fim da História». Na sua opinião, a democracia estava prestes a dominar as relações sociais como modelo político que já inspirava a maioria dos regimes então vigentes, mas estava em vias de neutralização devido ao fracasso das ideologias e à uniformização das instituições. O futuro não viria trazer